

O PAPEL DA NEUROPSICOPEDAGOGIA CLÍNICA NA AVALIAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM EM CRIANÇAS COM DISLEXIA¹

THE ROLE OF CLINICAL NEUROPSYCHOSEDAGOGY IN
ASSESSING LEARNING DIFFICULTIES IN CHILDREN WITH
DYSLEXIA

Euclebia Paiva Souza Cavalcante¹

RESUMO: Esse estudo objetiva evidenciar o papel da Neuropsicopedagogia clínica na avaliação das dificuldades de aprendizagem da criança com dislexia, contribuindo dessa forma, com a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades cognitivas em crianças com esse transtorno do neurodesenvolvimento. A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa, baseada numa entrevista semiestruturada com uma neuropsicopedagoga de uma clínica multidisciplinar no primeiro semestre de 2024. Para conceber esta pesquisa percorremos as análises de autores como Vitor da Fonseca, Paula C. Ferreira e Wagner F. Avelino. Os principais resultados indicaram que intervenções precoces e individualizadas são essenciais para minimizar os prejuízos associados à dislexia.

Palavras-chave: Dislexia. Avaliação. Neuropsicopedagogia clínica. Inclusão. Educação.

ABSTRACT²: This study aims to highlight the role of clinical neuropsychopedagogy in assessing the learning difficulties of children with

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O PAPEL DA NEUROPSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES COGNITIVAS DE CRIANÇAS COM DISLEXIA”, sob a orientação do Prof. Dr. Marion Machado Cunha - Curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2024/2.

² Resumo traduzido por Profa. Ma. Priscila Ferreira de Alécio, graduada em Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa (UNEMAT, Sinop). Mestra em Letras (PPGLetras – UNEMAT).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4180046703299436>

E-mail: priscila.alecio@sou.ufmt.br



dyslexia, thus contributing to the learning and development of cognitive skills in children with this neurodevelopmental disorder. The methodology adopted was a qualitative approach, based on a semi-structured interview with a neuropsychopedagogue from a multidisciplinary clinical in the first semester of 2024. In order to design this research, we used the analyses of authors such as Vitor da Fonseca, Paula C. Ferreira and Wagner F. Avelino. The main results indicated that early and individualized interventions are essential to minimize the damage associated with dyslexia.

Keywords: Dyslexia. Assessment. Clinical neuropsychopedagogy. Inclusion. Education.

1 INTRODUÇÃO

Considerada a ciência da aprendizagem, a Neuropsicopedagogia fundamentada na transdisciplinaridade com outras ciências concebe que a aprendizagem resulta de experiências pedagógicas que atendam aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais do paciente. Sob esse olhar, ante os desafios apresentados pelas dificuldades de aprendizagens de crianças com dislexia é que a Neuropsicopedagogia intervém, atentando à neurodiversidade de cada paciente.

As dificuldades de aprendizagem representam um desafio significativo, uma vez que a dislexia se caracteriza por dificuldades na leitura, na escrita ou na interpretação, o que pode impactar negativamente o desenvolvimento acadêmico e social da criança disléxica. Nesse cenário, a atuação do neuropsicopedagogo clínico se torna essencial, pois este profissional é responsável por realizar avaliações que não apenas identificam as dificuldades, como também promovem a construção de habilidades fundamentais.

Nesse contexto, esse estudo se justifica pela necessidade de compreender como a Neuropsicopedagogia clínica, com seus conhecimentos transdisciplinares, pode contribuir na avaliação das dificuldades de aprendizagens dessas crianças e, assim, promover intervenções eficazes.

Desse modo, esse artigo objetiva analisar o papel da Neuropsicopedagogia no processo de aprendizagem e desenvolvimento de habilidades cognitivas de crianças com dislexia, com foco no processo de avaliação. Para este fim, recorremos à abordagem qualitativa. Porquanto, esse estudo se delineia como uma pesquisa de campo e, ao mesmo tempo, descritiva. Destarte, para a coleta de dados, teve como instrumento central a entrevista semiestruturada com uma neuropsicopedagoga clínica no primeiro semestre de 2024.

Por conseguinte, este artigo explicitará o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, a metodologia utilizada, os resultados obtidos e as discussões pertinentes e, por fim, as considerações finais que visam contribuir para o entendimento do papel da Neuropsicopedagogia na avaliação das dificuldades de aprendizagem em crianças com dislexia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Neuropsicopedagogia, como destacam Fülle e Lopes (2023), é um saber que emergiu recentemente e vem gradativamente ocupando espaços no país como uma nova ciência ao incorporar os conhecimentos da Neurociência, da Psicologia Cognitiva e da Pedagogia, instituindo como objeto de estudo a aprendizagem. Nesse sentido, surgiu do sonho de professores pesquisadores que

[...] comprovam que é possível aplicar científicidade aos processos educativos e permitir o desenvolvimento integral do ser humano em suas potencialidades, também para aqueles que dispõem de necessidades especiais, mas a todos os outros que possuem dificuldade de aprender. E isto é possível porque, [...] o novo profissional que nasce dessa necessidade social – o Neuropsicopedagogo – preza pelos princípios de inclusão (Fülle; Lopes, 2023, p. 993).

Destarte, a atividade concreta deste profissional se coaduna com o que retrata Oliveira sobre o trabalho terapêutico do qual implica situar mediações necessárias e complexas:

Aborda o trabalho terapêutico para avaliar e intervir nos aspectos relacionados às dificuldades e aos transtornos de aprendizagem. O Neuropsicopedagogo possui os conhecimentos relacionados ao aspecto funcional do cérebro, ou seja, o processo neurológico de como ocorre a aprendizagem e da mesma forma sobre os transtornos de aprendizagem (2023, p. 17).

Ao passo que a dislexia, “caracteriza-se por um défice na leitura, mais concretamente, por dificuldades persistentes (não transitórias) na precisão, ritmo ou fluência de leitura e na sua compreensão, podendo manifestar-se com diferentes níveis de gravidade” (Ferreira *et al.*, 2023, p. 5). Nesse contexto, diante dos obstáculos impostos pelas dificuldades de aprendizagem enfrentadas por crianças com dislexia, é que a Neuropsicopedagogia se faz presente por meio de suas intervenções “[...] e na base das suas investigações, rompe com os mistérios de *como o cérebro humano processa informação e aprende*” (Fonseca, 2014, p.2, grifo do original).

A ação neuropsicopedagógica com a criança disléxica acontece num contexto multidisciplinar, uma vez que esse transtorno específico da aprendizagem normalmente demanda a colaboração de outros profissionais. Ferreira *et al.* enfatizam uma,

[...] avaliação abrangente [que] deverá igualmente envolver profissionais de diferentes áreas. Ao nível da investigação e intervenção, o trabalho multidisciplinar, colaborativo, entre investigadores e profissionais da mesma área ou de áreas diferentes assume também uma importância crucial. Em parte, porque as crianças e os adolescentes com dislexia podem não manifestar apenas dificuldades ao nível de

leitura. Podem ocorrer perturbações ou atrasos ao nível da fala e linguagem, coordenação motora, cálculo mental, atenção e organização pessoal, se bem que estes não são, por si só, marcadores de dislexia (2023, p. 5).

Nesse sentido, Avelino observa que a Neuropsicopedagogia, intensamente conectada à Neurociência, “busca por meio do funcionamento do cérebro, os recursos para a aprendizagem, considerando os métodos didáticos e avaliativos uma interferência significativa nesse processo” (2019, p. 37). Portanto, “os profissionais não devem esperar pelo estabelecimento de um diagnóstico – que muitas vezes demora a chegar ou nunca chega – para intervir, ou seja, quando surgem dificuldades deve-se intervir de imediato” (Lourenço; Fonseca, 2023, p. 64), com vistas a promover a qualidade de vida da criança, e particularmente, o seu sucesso escolar.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A pesquisa apresentada se delineia como uma pesquisa de campo. Nessa direção, propomos a abordagem qualitativa. A respeito da pesquisa qualitativa Minayo assim descreve:

[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2009, p. 21).

A pesquisa de campo teve como campo empírico uma clínica multidisciplinar que tivesse como um dos seus focos a dislexia. Assim, para a coleta de dados, utilizou-se como instrumento central a entrevista semiestruturada com uma neuropsicopedagoga, com a condição de que a profissional tivesse como uma de suas atividades a dislexia e sua integração no ambiente escolar. A escolha por essa técnica de coleta de dados se baseia na definição de Triviños (1987) quando denota que “[...] a entrevista semi-estruturada (sic) mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância na situação do ator” (p. 152).

Ainda para aprofundarmos o processo de apreensão do objeto, laçamos mão de observações livres das relações e dos alcances pedagógicos promovidas nas conduções terapêuticas correlacionadas à aprendizagem de crianças com dislexia. No entanto, para este recorte nos valemos da entrevista semiestruturada. A nossa entrevistada, Andresa Cristina Damaceno, permitiu a utilização das informações por ela fornecidas e optou pela identificação do seu nome.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreendermos a nossa problemática e entender a prática neuropsicopedagógica em âmbito clínico, torna-se imprescindível apresentarmos primeiramente a neuropsicopedagoga Andressa Damaceno, nossa colaboradora da pesquisa. A nossa entrevistada atua em contexto clínico há quatro anos, é Mestre em Educação, com Especialização em Neuropsicopedagogia e Psicopedagogia e Graduação em Educação Física e Pedagogia.

Andressa explica que há uma linha muito próxima entre uma dificuldade de aprendizagem para um transtorno de aprendizagem e que as famílias, as escolas não conseguem entender essa diferença porque uma criança com um transtorno, ela tem uma dificuldade de aprendizagem. Nesse sentido, a neuropsicopedagoga explicita que:

[...] um transtorno de aprendizagem, é algo que é uma dificuldade que persiste, a criança já fez reforço escolar por 1 ano, [...] a professora já faz um trabalho ali de adaptação da escola, não mudou o quadro, a gente já suspeita de um transtorno de aprendizagem, né, o transtorno de aprendizagem é algo que está dentro da criança, ele já nasceu com a criança, né, a dificuldade de aprendizagem não, ela adquiriu durante o processo e [...] que ela é superada [...]. (Entrevista Andressa).

A nossa entrevistada destaca que um transtorno de aprendizagem não é algo passageiro. Ainda que a professora já trabalhe com atividades adaptadas e mesmo que a criança já faça o reforço escolar, a dificuldade vai persistir. Nessa diferenciação, ela enfatiza ainda que a dificuldade de aprendizagem é superada porque pode surgir por problemas emocionais, de saúde, ou até por faltas constantes na escola. Já o transtorno de aprendizagem não é algo momentâneo, é biológico. A dislexia é uma das expressões mais comuns do transtorno específico da aprendizagem. Desse modo, Andressa esclarece que a dislexia “é uma questão neurobiológica, que pode ser com prejuízos na escrita, na leitura e na interpretação”. Para ela, o Manual Diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM – 5) é muito claro quando aponta que as dificuldades enfrentadas pelos disléxicos estão em uma dessas três áreas. Nesse sentido, alerta para confusões nesse entendimento.

[...] é um cuidado que a gente precisa ter né, porque ficou muito rotulado isso, tem que ser nas três áreas, na leitura e na escrita e na interpretação, e não, tem criança que lê, é mais difícil a criança que lê bem e não interpreta né, e tem criança que não lê muito bem e interpreta, então, sabe, normalmente vem junto, [...] porque não tem o nome dislexia no DSM - 5 né, então é um transtorno de aprendizagem e aí vem as classificações [...] é com prejuízo na leitura, com prejuízo na escrita ou com prejuízo na interpretação [...] então é um prejuízo em, em uma dessas áreas [...] (Entrevista Andressa).

As afirmações da neuropsicopedagoga revela o cuidado pedagógico sob um exame rigoroso sobre os processos de ensino e aprendizagem associados ao neurodesenvolvimento. Nessa medida, é preciso ter na descrição das dificuldades vivenciadas pelos disléxicos essas complicações que normalmente são em uma das três áreas, na leitura, na escrita e na interpretação.

A dislexia normalmente é identificada e diagnosticada no período escolar, especialmente nos primeiros anos quando é obrigatória a alfabetização, a partir de indícios precoces e de uma percepção cuidadosa de pais e professores (Díaz, 2011). No entanto, para Andresa, na fase da Educação Infantil a criança já apresenta alguns sinais:

[...] por exemplo, é criança que não reconhece letra, que não reconhece número, porque hoje a Educação Infantil já trabalha com a letrinha, com o número, é escrita do nome, então, a criança não reconhece, criança não consegue escrever o nome lá com 5 anos, [...] que não reconhece símbolos né, porque o número, a letra, são símbolos, aí a criança não reconhece lá o quadrado, o triângulo, retângulo é..., entende como isso já vem dando sinais..., já está sendo trabalhado lá com 4 anos, com 5 anos, com 6 anos. Poxa, não aprendeu ainda? então tem coisa errada gente, a criança lá nos 6 aninhos, ela, ela, já está no primeiro ano, então ela já tem que saber ali o alfabeto né, reconhecer o nome, escrever o nome, reconhecer o seu nominho escrito, ah, não fez isso, ai cada criança tem seu tempo..., sinais de alerta estão sendo dados e, o como, como eu entendo esses sinais de alerta, se a gente ficar nessa onda de cada criança tem seu tempo, esse prejuízo vai acumular, porque daí já daqui a pouco né, tem que ler, tem que escrever, vem coisas, vai aumentando o repertório, então já tem um prejuízo, já está num atraso né, então, por isso que eu sempre falo, o sinal de alerta tá ali, criança não aprende música, não aprende cantar musiquinha infantil, criança não consegue rimar, [...] tem criança que não aprende de jeito nenhum, é um sinal de alerta, porque [...] a rima, é um pré-requisito bem importante para a leitura, criança que não consegue nomear, nomeação automática, gato, cachorro, galinha [...], a criança se confunde, a criança se perde [...]. Então, nomeação é uma parte bem importante para o processo de leitura, é... entender né, da esquerda para a direita, entender isso, e isso vem de onde? como é que eu entendo da esquerda para a direita, meu corpo tem que entender isso primeiro, porque se não, só o cognitivo não vai chegar, meu corpo tem que brincar, tem que pular, tem que pular corda, tem que pular bambolê, tem que pular amarelinha, porque senão essa aprendizagem não vai chegar, a alfabetização não vai chegar [...]. Se a gente pegar lá, número 9, número 6, letra b minúscula, né, é... letra q minúscula é... letra p, gente, é tudo igual, a grafia assim, ela é igual, só uma a perninha para cima, é perninha para baixo, né, [...]. Então gente, tudo isso para a criança é muito complexo, porque são símbolos, a gente não nasce sabendo ler, a gente aprende a ler e a escrever, então, esse aprender passa pelo corpo primeiro (Entrevista Andresa).

Nessa explicação, a neuropsicopedagoga deixa claro alguns aspectos que podem ser observados como indicativos de dislexia, como por exemplo, a criança ter dificuldades no reconhecimento de letras, rimas, nomeação, noções de lateralidade e controle do próprio corpo. Das declarações de

Andresa, podemos depreender a importância do olhar sensível de pais e professores desde a Educação Infantil. Pois, a primeira infância, fase que consiste dos 0 aos 6 anos de idade “é um período crucial no qual ocorre o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades futuras complexas” (NCPI, 2014, p. 3).

Nesse entendimento, o encaminhamento para avaliação neuropsicopedagógica e consequentemente uma intervenção precoce é essencial. Porquanto, nas expressões de Andresa:

[...] é isso que a Neuropsicopedagogia faz né, ela vai entender o funcionamento desse cérebro e desse ser como um todo para eu poder chegar [...] no meu objetivo. Então, para eu chegar no meu objetivo, que é a alfabetização, que é fazer a criança aprender a ler e escrever, [...] eu tenho que ter a base, essa criança tem que ter atenção, essa criança tem que ter compreensão, essa criança tem que memorizar, se não tiver esses três pontos, não chega, e aí para ele ter atenção, que que tem que fazer? tem que sentar. Uma criança muito agitada não vai sentar, consequentemente que ela não tem atenção, consequentemente ela não comprehende, consequentemente ela não memoriza, afinal das contas ela não aprende, então aprender passa por essas bases. Então uma criança muito agitada, [...] é extremamente desatenta, esse aprendizado vai demorar mais para chegar, porque eu tenho que trabalhar toda a base dele, desse corpo, funções executivas primeiro, pra depois chegar no que eu quero, que é ABCD... [...] (Entrevista Andresa).

Diante do exposto, a neuropsicopedagoga revela as dificuldades enfrentadas por uma criança em processo de alfabetização com transtorno de aprendizagem. Ela salienta que essa criança não alcançará esse objetivo se antes não forem trabalhadas habilidades indispensáveis para esse conhecimento, como, as funções executivas. Dado que, as funções executivas “são *funções transversais* de qualquer tipo de aprendizagem, compreendem funções de controle e de regulação do conjunto do funcionamento mental, assumindo por analogia, as funções de um maestro numa orquestra, a orquestra da aprendizagem” (Fonseca, 2014, p. 248, grifo do original).

Em prosseguimento às explicitações sobre o diagnóstico, Andresa esclarece que para a dislexia o laudo só é definido mesmo aos 9 anos de idade, porque, nessa fase, para uma criança típica, todas as habilidades já devem estar consolidadas. Ainda seguindo as palavras de Andresa na vivência da Neuropsicopedagogia, a nossa entrevistada exemplifica esse movimento:

[...] essa criança que vai chegando ali aos 9 anos não tá lendo, aos 9 anos e meio, né, não consegue escrever, chega nos 10 anos e aí esse processo, se não for identificado, ele vai ampliando até um ponto a gente não consegue mais virar a chave com tanta facilidade, né, vai exigir outros processos dessa criança, baixa autoestima, então, o que é possível a gente fazer? logo que a gente percebe a dificuldade da criança, o ideal é encaminhar para avaliação de um profissional. Porquê? porque o profissional ele percebe um risco para um transtorno de aprendizagem. E aí a gente começa a

intervenção e, muitas vezes, se é só uma dificuldade, numa intervenção focada, a criança sai do quadro mais grave, né, agora, se é um transtorno, a gente identifica um risco para transtorno de aprendizagem, a gente vai fazer na intervenção e nas idades certas, a gente vai reavaliar. Então esse risco é possível perceber da criança lá com 5, 6 anos. Então, a gente já consegue antecipar o trabalho, [...] que aí a gente chama de uma intervenção precoce. Intervenção precoce não é aquela que eu começo lá com o bebezinho, a intervenção precoce é aquela que eu começo o quanto antes, melhor né, então a gente identifica um risco e intervém naquele risco para tentar minimizar, sabe, mesmo que seja diagnosticado um transtorno, a gente vai minimizar os prejuízos dessa criança, porque está sendo, né, a intervenção já começou o quanto antes (Entrevista Andresa).

Dessarte, para o diagnóstico de transtorno de aprendizagem, Andresa destaca sobre a função de avaliações por protocolos para identificação do transtorno:

[...] quando a família nos procura, é [...] primeiro passo é a avaliação, não tem como iniciar o processo de intervenção sem a avaliação. Para a avaliação, existem protocolos que não é um protocolo para dislexia, é um protocolo que vai identificar transtorno de aprendizagem [...]. Os protocolos, são protocolos de padrão né, ouro, baseado em ciência mesmo, a gente não pode pegar qualquer material. [...] eu utilizo o protocolo que vai me dar uma avaliação quantitativa, vai me dar ali onde a criança se encaixa, né? e cada protocolo tem uma classificação diferente, médio, médio superior, abaixo da média, normal, [...] abaixo, né da dificuldade, dificuldade, normal. Tem outros protocolos que vai dar é... grave, muito grave. Então assim, os protocolos, eles apresentam classificações diferentes e cada classificação a gente precisa saber interpretar para fazer esse juntar ao quadro clínico. Obviamente [...] que não é só o protocolo que faz parte da avaliação pra né... pro diagnóstico de um transtorno de aprendizagem, o protocolo é uma ponta da avaliação. A anamnese com a família que é bem importante de entender essa história de vida da criança. Por que que essa criança né... chegou até aqui, [...] ... essa criança teve um atraso de fala, se a criança teve um atraso motor, essa criança teve alguma questão nutricional, essa criança é... teve algum atraso ali no desenvolvimento geral dela, né, possivelmente aconteceu isso. [...] então anamnese, os protocolos de acordo com a faixa etária, a observação escolar ou a entrevista com o professor, né, o professor também preenche alguns materiais, então a gente precisa entender como está na escola. Então aí entende como está na família, como está na escola e como é aqui em clínica. E, uma que é uma avaliação qualitativa que a gente chama que ela é tão importante quanto a quantitativa. [...] então a gente utiliza protocolo, faz aqui a avaliação quantitativa, a gente precisa de uma classificação dessa criança, utiliza avaliação qualitativa, que são esses pontos que eu levantei e, essa observação da criança também em clínica com os pares, com crianças da mesma idade, também é importante, né, pra gente ver como é que ela se relaciona, como é que ela se relaciona diante de uma dificuldade de um jogo. Ou como ela constrói um jogo na cabecinha dela, porque às vezes jogar com adulto é diferente para criança. Então jogar [...], de criança para criança da mesma

idade ali, ela se coloca mais, é... no ambiente dela, ela fica mais à vontade, ela fica mais tranquila e toda a avaliação ela começa com o primeiro passo, que é criar vínculo com a criança [...] (Entrevista Andresa).

Com base nessas informações, vêm o primeiro contato com a criança, momento de conhecer e criar vínculos. A esse respeito ela enfatiza:

[...] então a criança tem que gostar de você, tem que gostar de ir ao seu espaço né, para depois você iniciar o processo de avaliação. [...] A criança se sente respeitada aqui no espaço né, você vai dar, dar voz a essa criança, ela vai poder falar o que ela está sentindo, como é na escola, como está... então, o respeito, trabalhar de uma forma respeitosa, entendendo, porque eu não posso forçar, [...] porque quando eu quero que a criança vá para um passo maior que ela pode dá, é aí onde geram os traumas, onde geram os, os problemas ali né, de vínculo, [...] nós que temos que ter a mão ali do entendimento, a compreensão. Então, se eu sei como funciona esse cérebro, que é o trabalho da Neuropsicopedagogia, eu consigo entender muita coisa para respeitar o processo evolutivo da criança (Entrevista Andresa).

Seguidamente, a conversa com a escola e a entrevista com o professor. Porquanto, “o professor ocupa um papel destacado tanto para o encaminhamento diagnóstico da dislexia, como para a compreensão das dificuldades e orientação de seus estudantes” (Camargo; Geniole, 2018, p. 144). Posteriormente, a neuropsicopedagoga começa a utilizar os protocolos com a criança. Nesse aspecto, o art. 66º do Código de Ética da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia (SBNPp) ressalta:

§ 2º O Neuropsicopedagogo deverá utilizar protocolos de avaliação e intervenção que contemplem fundamentos básicos sobre a aprendizagem e desenvolvimento como funções executivas, atenção, linguagem, raciocínio lógico-matemático e desenvolvimento neuro-motor [...] (2021, p. 13).

Em continuidade, Andresa explica que durante o processo de investigação já ocorre o trabalho multidisciplinar:

[...] quando a criança não consegue é... entender o que ele está ouvindo aí a gente também suspeita do PAC, do Processamento Auditivo Central. Então, a gente também tem que fazer uma investigação, será que essa a criança ouve? primeiro ponto, será que essa criança enxerga? então também é importante isso, porque às vezes a criança não aprendeu a ler porque ela não enxerga bem, então olha o quanto é... a gente tem que ter esse feeling aí. [...]. A gente tem que analisar questões fisiológicas primeiro dessa criança também, junto ali, paralelo né, e pedir para a família é... levar no “oftalmo” [...]. (Entrevista Andresa).

As explicações da neuropsicopedagoga revela uma conduta atenta no sentido de perceber qualquer interferência fisiológica que implique no desenvolvimento da criança.

Nesse sentido, exames que requerem profissionais como fonoaudiólogos e oftalmologistas são também realizados com a finalidade de detectar ou descartar outras alterações que fujam do funcionamento normal do corpo humano.

Essas informações nos apontam que para se chegar ao diagnóstico de transtorno de aprendizagem há processos que precisam ser seguidos, que vão desde protocolos padronizados de acordo com a idade, a diálogos para anamnese com a família com a finalidade de se entender o histórico de vida da criança, o contato com o professor para compreensão do desenvolvimento escolar e a observação na própria clínica. A entrevistada refere aos combinados de ações para capturar o sujeito, o transtorno, suas relações, seu movimento entre estar e ser no processo de suas relações e organização da vida. Percebe-se assim, uma avaliação essencial e criteriosa atentando-se às “condições fisiológicas, sociais, neuroanatômicas, cognitivas e emocionais” (Avelino, 2019, p. 41), objetivando assim, o diagnóstico assertivo da criança avaliada.

Andresa sublinha a intervenção precoce para minimizar os riscos, centrando-se nas pistas comportamentais, dos graus e intensidades de dificuldades, dos movimentos associados às demandas e as respostas da criança. Nessa perspectiva, se recomenda que, o quanto antes ser identificado um transtorno de aprendizagem, maior será a eficácia da intervenção. Nesse pensamento, os neuropsicopedagogos “podem proporcionar uma visão multidisciplinar no processo de aprendizagem e educação, o que pode antecipar as intervenções precocemente, uma vez que o laudo ou diagnóstico chega tarde, dificultando o auxílio com os disléxicos” (Santos; Silva, 2021, p. 7).

Em sequência, o Relatório de Avaliação Neuropsicopedagógica, que consiste no juntar de todas as informações observadas no decorrer da investigação, inclusive com pareceres de outros profissionais como, Psicólogos e Fonoaudiólogos. Logo após, a devolutiva para a família e encaminhamento para o médico neuropediatra ou psiquiatra infantil, como dito pela própria Andresa, no Brasil, quem fecha o diagnóstico é o médico. Portanto, o caminho descrito pela neuropsicopedagoga revela um percurso fundamentado e refletido, por vezes dolorido, tanto para a família, quanto para a criança. No entanto, visando minimizar essas angústias é que “[...] a intervenção em tempo útil constitui um fator de bom prognóstico, quer para o sucesso escolar, quer para o desenvolvimento socioemocional do aluno” (Lourenço; Fonseca, 2023, p. 63).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o papel da Neuropsicopedagogia clínica na avaliação das dificuldades de aprendizagem em crianças com dislexia, constatou-se que esse processo avaliativo é realizado ao longo de várias sessões. O objetivo principal é compreender como a criança aprende, organiza-se e desenvolve-se, considerando suas realidades subjetivas e objetivas, seguindo protocolos específicos e

padronizados. Essa abordagem visa identificar as dificuldades de aprendizagem e orientar os encaminhamentos necessários para o suporte adequado ao paciente.

Este estudo permitiu compreender a atuação da Neuropsicopedagogia em contexto clínico, evidenciando que suas intervenções criam condições favoráveis para que a criança com dislexia evolua, potencializando suas habilidades e favorecendo seu desenvolvimento integral. Previamente ao diagnóstico formal, a intervenção precoce revela-se fundamental para minimizar os prejuízos associados à dislexia, promovendo uma intervenção mais eficaz e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento desde os primeiros sinais.

A preocupação com as neurodiversidades, especialmente no que tange ao transtorno específico de aprendizagem, posiciona a Neuropsicopedagogia como uma área de grande relevância no cenário educacional contemporâneo. Assim, a pesquisa reforça a importância de uma abordagem inclusiva, alinhada às legislações que garantem a educação especial, reconhecendo-a como indispensável para o processo de aprendizagem de crianças disléxicas, abrangendo todos os aspectos de seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- VELINO, Wagner Feitosa. A Neuropsicopedagogia no cotidiano escolar da Educação Básica. *Revista Educação em Foco*, ed. nº 11, 2019. p. 33-44. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/06/003_A-NEUROPSICOPEDAGOGIA-NO-COTIDIANO-ESCOLAR-DA-EDUCA%C3%87%C3%83O-B%C3%81SICA.pdf. Acesso em: 09 abr. 2023.
- CAMARGO, Edson Antonio Ortiz de; GENIOLE, Débora Carla Meira da Silva. Neuroeducação, Dislexia e Dificuldades de Aprendizagem. *Revista de Pós-graduação Multidisciplinar*, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 143-152, feb. 2018. Disponível em: <https://www.fics.edu.br/index.php/rpgm/article/view/698>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- DÍAZ, Félix. O processo de aprendizagem e seus transtornos. Salvador: EDUFBA, 2011. 396 p. il. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/5190>. Acesso em: 25 mar. 2023.
- FERREIRA, Paula Cristina *et.al.* Múltiplos Olhares sobre a DIS.lexia. Lisboa: Papa-Léguas, 2023.
- FONSECA, Vitor da. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. *Revista Psicopedagogia*, [s.l.], v. 31, n. 96, p. 236-253, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862014000300002. Acesso em: 14 mar. 2023.
- FÜLLE, Angelita; LOPES, Lígia Serrano. Histórico da Neuropsicopedagogia no Brasil: origens, conquistas e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8324/3261>. Acesso em 20 jun. 2024.
- LOURENÇO, Mariana; FONSECA, Marta. Ansiedade e autoconceito em crianças e adolescentes com e sem dislexia. In: FERREIRA, Paula Cristina *et al.* Múltiplos Olhares sobre a DIS.lexia. Lisboa: Papa-Letras, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da pesquisa social. In. DESLANDES Suely Ferreira, GOMES Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NÚCLEO, Ciência pela Infância. (2014). Estudo nº I: O impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. Disponível em: <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2018/07/O-IMPACTO-DO-DESENVOLVIMENTO-NA-PRIMEIRA-INFANCIA-SOBRE-A-APRENDIZAGEM.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, Andriele Bittencourt. Da Aprendizagem à Neuroaprendizagem: uma abordagem reflexiva sobre a Aprendizagem Humana. Maringá: Viseu, 2023.

SANTOS, Rosení Alves dos; SILVA, Fredson Pereira da. As contribuições da neuropsicopedagogia na arte de aprender e de ensinar com ênfase em dislexia. *Research, Society and Development*, [s.l], v. 10, n. 11, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19445>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA (SBNPP). Resolução 05/2021. Disponível em: www.bnpp.com.br. Acesso em: 11 mar. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

AGRADECIMENTOS

Expresso meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID - ALFABETIZAÇÃO). A vivência prática na escola, aliada à troca de saberes com profissionais experientes enriqueceu minha formação, promovendo meu amadurecimento como futura docente na Educação Básica.

Recebido em: 6 de junho de 2025.

Aprovado em: 18 de julho de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/reps.v16i1.13975>

ⁱ Euclebia Paiva Souza Cavalcante. Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), semestre 2025/1. Sinop, Mato Grosso, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2531247538925668>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2448-3320>

E-mail: euclebia.paiiva@unemat.br